

Benevides diz que "nenhum governo recebeu tanto apoio do Parlamento", como Collor

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), rebateu ontem as críticas que o presidente Fernando Collor fez ao Poder Legislativo durante seu pronunciamento à Nação no último domingo.

Segundo Benevides, "nenhum governou recebeu tanto apoio do Parlamento como o que se instalou em março de 1990. Só no primeiro ano de mandato do presidente Fernando Collor aprovamos 150 Medidas Provisórias, inclusive as mais draconianas já estabelecidas no País, como a que confiscou a poupança dos brasileiros".

Benevides ressaltou que no ano subsequente o Congresso voltou a deliberar também sobre um número razoável de matérias, sendo que as remanescentes, reclamadas por Collor como vitais para o Poder Executivo, estão em tramitação. "Isso é normal no atual modelo legislativo, bicameral, onde uma Casa é revisora da outra", explicou.

O senador disse, no entanto, que algumas das propostas encaminhadas pelo Palácio do Planalto são bastante complexas, como é o caso do chamado "emendão".

O "emendão" é composto por um conjunto de cinco emendas constitucionais, que se apreciadas, na opinião de Benevides, praticamente antecipariam a revi-

são constitucional prevista para 1993, dada a amplitude das propostas do Executivo. "Apesar do ano eleitoral, buscamos dar um trâmite normal a todas as matérias. Com o apoio da sociedade, temos plena convicção de que cumprimos com nosso dever", conclui o senador.

Benevides revelou ontem que ainda não tomou qualquer decisão se solicitará uma cadeia de rádio e televisão para rebater o que chamou de "insinuações do presidente no sentido de que a instituição é negligente e omissa". Antes de anunciar a sua posição, o senador Benevides pretende consultar os líderes do Senado e conversar com o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS).

Benevides está consultando pessoalmente cada membro da Casa sobre o que fazer para responder às críticas feitas pelo presidente Fernando Collor.

O líder do PMDB, Humberto Lucena (PB), acha que, se houver resposta, ela só deve ser dada sobre a parte referente ao trabalho do Legislativo, porque da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ficará para o debate do processo de "impeachment". Já o senador Élcio Álvares (PFL/ES) opinou que, embora o discurso presidencial "se pareça com provocação", o Congresso não deve responder. Segundo Álvares, os senadores, que julgarão o presidente, precisam manter-se isentos.